



4217449

08620.006054/2020-45



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO DO COMPONENTE INDÍGENA DE TRANSPORTE E MINERAÇÃO

OFÍCIO Nº 240/2022/COTRAM/CGLIC/DPDS/FUNAI

Brasília, data da assinatura eletrônica.

À Sua Exa. a Senhora

ANA KARIZIA TÁVORA TEIXEIRA

Procuradora da República

MPF - Procuradoria da República no Município de Sobral/CE

Rua Iolanda P.C. Barreto, 200 – Derby Club

62042-270, Sobral/CE

(88) 3677-885

Petitionamento eletrônico: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>

Assunto: Resposta ao Ofício nº 464/2022 – MPF/PRM/SOBRAL (SEI nº 4222791), Ref.: P.A. Nº 1.15.003.000045/2019-94

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.006054/2020-45.

Exma. Senhora Procuradora da República,

1. Em atenção ao ofício em referência, que recomenda à Funai que "(...) *emita posicionamento acerca do componente indígena do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.014391/2020-17, de forma a contemplar todas as aldeias indígenas localizadas na região do Projeto Santa Quitéria e não apenas aquelas que se encontram demarcadas, de modo que a avaliação dos impactos ambientais do empreendimento possa levar em consideração todos esses povos indígenas da região, a exemplo daqueles identificados no Ofício nº 49/2022/SEDIS – CR-NE-II/DIT – CR-NE11/CR-NE-II/FUNAI*", vimos informar o que segue.

2. A norma que define a participação desta Fundação nos processos federais de licenciamento ambiental é a Portaria Interministerial nº 60/15 que determina, em seu Anexo I, que processos minerários fora da Amazônia Legal que estejam a até 8 km de terras indígenas deverão ter o seu componente indígena.

3. Portanto, a Funai, por meio da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC), subordinada à Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS), ao ser instada a se manifestar em processos de licenciamento ambiental com possíveis impactos a terras indígenas,

primeiramente solicita à Diretoria de Proteção Territorial (DPT), diretoria competente para se manifestar acerca de questões fundiárias de terras indígenas, que informe acerca das terras indígenas e reivindicações fundiárias dentro dos limites previstos na Portaria Interministerial nº 60/15.

4. Após o fornecimento destas informações fundiárias pela DPT, a CGLIC analisa os critérios previstos na Portaria Interministerial nº 60/15 e se manifesta ao órgão licenciador quanto à necessidade ou não de realização do componente indígena do licenciamento ambiental do empreendimento objeto da consulta.

5. Ao consultar a DPT em relação ao Projeto Santa Quitéria, em reposta, a CGLIC recebeu, por meio do Parecer nº 662/2020/COIM/CGID/DPT-FUNAI (SEI nº 2396192), a informação de que

Com base na Análise Cartográfica nº 782/2020 (2346198) e em consulta aos arquivos desta Diretoria, informamos que o empreendimento em tela dista 136,58 km da Terra Indígena (TI) Pitaguary (declarada), área indígena mais próxima. Ademais, não há registro de reivindicação fundiária indígena, tampouco estudos de identificação e delimitação incidentes no município em análise.

6. Já a Informação Cartográfica nº 782/2020 (SEI nº 2346205) traz a distância do projeto Santa Quitéria em relação a todas as aldeias da região, independente de situação fundiária, sendo que a mais próxima é a aldeia Quixaba, da Terra Indígena Serra das Matas - Mundo Novo/Viração, município de Monsenhor Tabosa/CE, **não homologada e em estudo**.

7. A Funai se manifestou ao Ibama em relação ao Projeto Santa Quitéria por meio do Ofício nº 1081/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 2431993), indicando que

Informamos que os dados locacionais do empreendimento foram analisados pela Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI que emitiu a Análise Cartográfica nº 782/2020, a Informação Cartográfica 782/2020, a Informação Técnica 151 e o parecer 662, os quais apontam que a área indígena mais próxima à área do empreendimento se encontra a 25 km de distância do mesmo, ao sul da área de lavra.

Neste sentido, a distância entre o empreendimento e a Terra Indígena está além dos limites previstos no anexo I da Portaria Interministerial nº 60/2015 e, portanto, não se fazem necessários procedimentos específicos relacionados à questão indígena.

Não obstante, ainda que o empreendimento esteja localizado fora dos limites previstos pela mencionada Portaria, a FUNAI reserva-se o direito de acionar legalmente o empreendedor, caso o empreendimento venha a impactar terras ou povos indígenas.

8. Ou seja: ao se manifestar ao órgão licenciador, a Funai não considerou apenas as terras indígenas homologadas. Ao contrário, informou a distância mais próxima como sendo de uma área em estudo. Assim, ao se manifestar ao órgão licenciador competente a Funai considerou todos os povos indígenas da região, independente de situação fundiária.

9. Assim, considerando-se a necessidade desta Fundação se ater à norma que regulamenta a sua participação nos processos de licenciamento ambiental, e, ainda, que, conforme informação da DPT, o aldeamento mais próximo do empreendimento, independente de situação fundiária, está a mais de 25 km do mesmo, ou seja, mais de três (03) vezes a distância prevista no Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/15, não há presunção de impactos nas terras indígenas da região, de forma que não se fazem necessários procedimentos específicos em relação ao componente indígena do licenciamento ambiental do Projeto Santa Quitéria.

10. Colocamo-nos à disposição de V. Sa. para mais informações que se fizerem necessárias com a Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC), por meio do telefone (61) 32476823 ou pelo correio eletrônico cglic@funai.gov.br.

Anexos:

I - Parecer nº 662/2020/COIM/CGID/DPT-FUNAI (SEI nº 2396192) .

II - Análise Cartográfica nº 782/2020 (SEI nº 2346198).

III - Informação Cartográfica nº 782/2020 (SEI nº 2346205).

IV - Ofício nº 1081/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI (SEI nº 2431993).

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

CARLA FONSECA DE AQUINO COSTA
Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fonseca de Aquino Costa, Coordenador(a)-Geral**, em 22/06/2022, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **4217449** e o código CRC **28CA34AA**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.006054/2020-45

SEI nº 4217449

SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B Sala 409-A3, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul
CEP 70308-200 Brasília - DF (61) 3247-6821 - <http://www.funai.gov.br>